

DESAFIOS DO MODELO AUTOGESTIONÁRIO NA PRODUÇÃO DE COGUMELOS

Rosana Akemi Pafunda¹

Resumo: Este texto é produto da pesquisa de mestrado que vem sendo realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe promovido pelo Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. O caso empírico tomado nesta investigação é a Cooperativa dos Produtores Rurais de Jquitiba e Região (Coopjuqui), localizada no município de Jquitiba, Região Metropolitana do Estado de São Paulo. A escolha dessa cooperativa impõe algumas considerações. Os cooperados que a compõem não são assentados ou camponeses que partilham de movimentos sociais e lutam pela reforma agrária. Tão pouco são agricultores expropriados de suas terras pelo avanço do agronegócio. Trata-se de sítiantes que já possuem alguma fonte de renda e resolveram se inserir na prática agrícola, principalmente da fungicultura, ou seja, produção de cogumelos do tipo shitake e shimeji. Na perspectiva do materialismo histórico, objetivamos traçar o processo histórico de formação da cooperativa no alcance do movimento da realidade que conduziu estes sítiantes a se associarem como iguais. Ao passo de que a Coopjuqui ainda está “engatinhando”, analisaremos a construção do modelo cooperativo e os desafios para a realização da autogestão. Os procedimentos metodológicos adotados são o trabalho de campo nas áreas de produção acompanhado de entrevistas junto aos cooperados e o levantamento bibliográfico referente à economia solidária, agroecologia e campesinato.

Palavras-chave: cooperativa; campesinato; agroecologia.

Abstract

This document is a result from a master's degree research that has been developed in the Graduate Program about Territorial Development of Latin America and Caribbean sponsored by the “Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho” (Institute for Public Policy and International Relations at Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho"). The empirical investigation for this document was done with the Cooperativa dos Produtores Rurais de Jquitiba e Região (Coopjuqui), located at Jquitiba City, Metropolitan Region of São Paulo. The choice of this cooperative imposes some considerations. The cooperative members are not settlers or farmers who share social movements and fighting for agrarian reform. Nor are farmers dispossessed of their lands by the advance of agribusiness. They are ranchers who already have some source of income and decided to start in agricultural practice, especially the fungiculture, ie production of shitake and shimeji mushrooms. From the perspective of historical materialism, we aimed to trace the history of the development of the cooperative movement range and the reality that these led ranchers to join it as equals. While Coopjuqui is still “crawling” we will analyze the construction of the cooperative model and the challenges to the achievement of self-management. The methodological procedures utilized are field work in production areas interviewing the cooperative members and bibliographic references to solidarity economy, agroecology and peasant economy.

¹Mestranda em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe pelo Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

Keywords: cooperative; peasant; agroecology.

Introdução

Primeiramente é necessário esclarecer que este trabalho está em andamento e, portanto, não se encontra em fase de conclusão. Devido ao pouco tempo de efetivo funcionamento da cooperativa estudada, poucas reuniões e assembleias extraordinárias foram realizadas, assim como um número reduzido de cooperados foram ouvidos. Na ocasião de nosso primeiro encontro com a COOPJUQUI, em dezembro de 2013, haviam cinquenta e três membros cooperados dos quais trinta pertenciam à cadeia fungicultora. Dentre os trinta fungicultores, nove entrevistas foram realizadas, ou seja, praticamente um terço do grupo.

No entanto, a maioria dos entrevistados nos revelou ter assumido recentemente a produção de cogumelos porque geralmente advinham de outra cadeia agrícola que não fora abandonada e, portanto, se posicionavam enquanto iniciantes neste tipo de produção. Aliás, mesmo um dos produtores mais antigos, o Sr. Melo, que cultivava shiitake desde 1998, nos relatou sobre a imprevisibilidade dos cogumelos apesar de seus mais de 16 anos na atividade.

O procedimento metodológico adotado na realização da pesquisa foi o levantamento literário em torno das referências que discutem o cooperativismo, a agroecologia e o campesinato associado à aplicação de entrevistas voltadas a conhecer a história de vida dos cooperados: a partir de suas origens, se no campo ou na cidade, a formação e experiência profissional, o primeiro contato com a agricultura, as razões pelas quais decidiram morar em Juquitiba ou região e as motivações que os levaram a produzir shiitake e/ou shimeji e se cooperar.

Nos casos em que as entrevistas ocorreram nas próprias propriedades dos agricultores, pudemos conhecer também o modo de produção e discutir com maior afinco sobre as principais dificuldades de manejo dos cogumelos e de sua comercialização.

Vale ressaltar sobre a importância em se investigar as raízes históricas dos cooperados sob a perspectiva do materialismo histórico dialético, tendo em vista que as diferentes origens e experiências de vida se afinam em um interesse comum a todos, o de viver no campo a por meio da produção agrícola, mais especificamente a de cogumelo. Esta diversidade de pessoas constitui uma unidade no processo de organização da cooperativa e influi na tomada de decisão democrática.

Contextualização de Juquitiba

O município de Juititiba está localizado na porção sudeste do estado de São Paulo a cerca de 70 km da Capital e tem como principal via de acesso a BR-116, no trecho denominado Rodovia Régis Bittencourt.

Sua área de 522,18 Km² é 100% resguardada pela Lei de Proteção aos Mananciais, razão pela qual se justifica a origem de seu nome no tupi-guarani que significa “terra de muitas águas”.



Ponte sobre o Rio Juquiá em Juititiba - SP

Possui clima subtropical com temperatura média anual de 18°C e relevo montanhoso, onde vivem aproximadamente 30 mil habitantes, segundo dados do IBGE.

Além da condição hidrológica privilegiada devido à abundância de nascentes, rios, riachos e cacheyras, Juititiba é considerado o município com a maior área de Mata Atlântica preservada da Região Metropolitana de São Paulo.



Mata Atlântica de Jujitiba – SP

A vasta biodiversidade reconhecida e preservada pelos órgãos públicos impedem que empresas se instalem no município. Ao contrário de outras regiões do campo brasileiro onde é possível observar o rápido avanço do agronegócio e o agravamento da questão agrária, em Jujitiba não existe a luta pela terra, tão pouco assentamentos ou conflitos em torno do avanço do capital.

Na realidade o município não tem nenhuma grande empresa e seus habitantes, predominantemente moradores em sítios, vivem da agricultura de subsistência, do artesanato, trabalham no comércio ou realizam serviços gerais para os proprietários de outras chácaras.

Neste contexto averiguamos que as condições ambientais de Jujitiba propiciam o desenvolvimento das atividades agrícolas de forma sustentável e, em especial, a cadeia da fungicultura, devido aos aspectos climáticos da região.

Este arcabouço natural foi o que motivou muitos membros da Coopjuqui a saírem de suas cidades natais e trilharem um novo caminho profissional e pessoal caracterizado pela geração de alimentos orgânicos de modo sustentável e cooperativo.

A formação da Coopjuqui

A Cooperativa dos Produtores Rurais de Jujitiba e Região (Coopjuqui) é constituída por cinquenta e três cooperados que se distribuem em sete diferentes cadeias de

produção: fungicultura, olericultura, apicultura, avicultura, ranicultura, floricultura e produção de frutas vermelhas, a amora preta.

Dentre as cadeias mencionadas, a fungicultura é a que vem mais se expandindo, pois tem o maior número de cooperados, um total de trinta, além dos produtores das outras cadeias que tem se interessado em diversificar sua produção a partir do cultivo de shitake ou shimeji. Podemos afirmar que, atualmente, duas cadeias tem garantida a venda de sua produção no mercado. Os fungicultores destinam a maior parte ou a totalidade de sua produção para a Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP) enquanto os olericultores entregam suas verduras para a merenda escolar municipal.

Por meio das entrevistas realizadas junto aos produtores de cogumelo pudemos constatar dois processos, o campesinamento e o recampesinamento.

Segundo a trajetória de vida e a forma de integração à sociedade moderna capitalista, os indivíduos apresentam maior ou menor grau de campesinidade de acordo com Marques (2012).

Alguns dos produtores de shitake e shimeji entrevistados nunca tiveram qualquer relação com o campo, viveram suas infâncias na cidade, estudaram e trabalharam em diferentes profissões. Desde engenheiro químico, técnico em informática e metalúrgico, todos abandonaram completamente seus modos de vida da cidade para morar em sítios em Juquitiba e São Lourenço da Serra, município vizinho.

No novo caminho a ser trilhado precisaram abrir mão do fundo de garantia ou uma poupança para adquirir uma propriedade rural e os meios de produção. Sem qualquer experiência com agricultura, buscaram pela autodidata e pela ajuda mútua aprender a cultivar cogumelos.

Outro processo presente na formação da Coopjuqui é o de recampesinamento, como é o caso da atual presidente da cooperativa, Satiko Kitamura, cujos pais eram lavradores e a educaram, juntamente com seus nove irmãos, plantando e vendendo verduras.

Após se formar na área da educação, trabalhou com alfabetização e chegou a lecionar em canteiros de obra para mais de dois mil e quinhentos filhos de funcionários de grandes empreiteiras no estado do Pará, até se aposentar como coordenadora pedagógica em um colégio da cidade de São Paulo.

Por fim, sempre desejou voltar às raízes e morar novamente numa área rural. Escolheu Juquitiba por causa da proximidade com a rodovia BR-116 e pela vasta riqueza natural

oferecida. Começou a produzir shitake e shimeji, pois, segundo ela, o trabalho no campo lhe proporciona prazer e igualdade de vida.

O modo de produção de shitake tem apresentado um trato bastante sustentável porque ao final da vida útil dos blocos de substrato para produção do shitake, os mesmos são depositados sob a forma de adubo em torno de plantas e árvores proporcionando diferenças notáveis em suas folhagens.



Folhagem revitalizada com a introdução do substrato de shitake.

Segundo Altieri (2012), o manejo agroecológico deve intensificar a ciclagem de nutrientes e de matéria orgânica. A ciclagem de biomassa proveniente do substrato de shitake é totalmente realizável de acordo com os princípios agroecológicos, sobretudo, porque são rejeitos da produção passíveis de serem integrados aos agroecossistemas.

Considerações finais

A ordem social moderna é determinada pelo mercado capitalista e fundamenta-se no princípio da competição, tendo como valores o indivíduo e a razão. (Marques, 2012, p.43).

Justamente por causa desta expansão do capitalismo e sua hegemonia na organização social, política e econômica, seus fenômenos contraditórios acabam por ser encarados de maneira natural. A desigualdade latente não tem consternado a sociedade, apesar da miséria que assola muitos e a opulência ostentada por poucos.

Como resposta ao modelo empresarial excludente onde aqueles que produzem ou vendem bens pertencentes ao mesmo segmento são considerados rivais ou concorrentes, surge o modelo cooperativista defendido pela economia solidária.

A economia solidária é um modo de produção cooperativo centrado na equidade entre seus membros. Caracteriza-se pela autogestão, ou seja, onde todos tem o mesmo poder de voto e decisão, uma vez que a igualdade entre seus sócios é o pilar da organização cooperativa.

Entretanto, as cooperativas possuem direção, mas isto não significa que o presidente da cooperativa, por exemplo, tem maior poder que os demais cooperados. Na realidade, a estrutura hierárquica como presidente, secretário, tesoureiro, entre outros cargos, existe para se garantir a execução das decisões tomadas democraticamente pelo grupo e como forma de se delegar algumas funções.

Acerca dessas funções, Singer faz uma ressalva sobre um dos principais problemas enfrentados pela cooperativa, que se encontra justamente no esforço adicional por parte dos cooperados em se informarem de tudo o que ocorre na cooperativa, ou seja, mesmo que as tarefas já estejam atribuídas a outrem e o cooperado também se ocupe de algum cargo, é fundamental que todos fiquem a par de todas as atividades.

Se por um lado, o trabalho extra na busca pelo conhecimento de todos os problemas da cooperativa contribui para a cooperação inteligente, por outro lado, a negação deste esforço adicional corresponde ao maior inimigo da autogestão. (SINGER, 2002, p. 19).

O desinteresse dos membros cooperados em se engajar e compartilhar das atividades que ocorrem na cooperativa geralmente tem duas razões: a primeira é a por comodidade, ou seja, a lei do mínimo esforço. A acomodação acarreta na concentração do poder de decisão nas mãos da gestão o que, por sua vez, pode levar a cooperativa a praticar a heterogestão.

A segunda causa do desinteresse corresponde ao próprio desconhecimento por parte do trabalhador em relação ao seu poder perante a cooperativa. Afinal, no sistema cooperativista todos são iguais e, portanto, todos são donos da empresa solidária. Neste caso, cabe à gestão e aos demais membros que detém maior domínio sobre os preceitos da economia solidária estimular os “iniciantes” a se engajarem e participarem das discussões.

Este é provavelmente o principal desafio da Coopjuqui hoje, promover a construção deste conhecimento a fim de que todos seus membros sejam protagonistas, independentemente de suas diferenças.

De acordo com Fernandes (2013), o protagonismo é condição principal para a superação do sistema capitalista, mas não bastam as mudanças das instituições, será necessário criar uma nova relação social, um novo modo de produção. (FERNANDES, p.23).

A criação de uma nova relação social constitui os próprios pilares da economia solidária que preconizam valores opostos aos hegemonicamente construídos em nossa sociedade, no caso a igualdade e a cooperação no lugar da desigualdade e da competição.

A respeito de um novo modelo de produção, este se verifica nas práticas das cooperativas onde o trabalho mútuo e solidário tornam-se essenciais para o crescimento da empresa. Nas cooperativas não há a exploração do superior sobre seu subordinado, todos detêm os meios de produção e precisam produzir para que o grupo se fortaleça. Por essa razão, o enfraquecimento de um gera prejuízos ao grupo, pois no sistema cooperativo não se estabelece a concorrência.

Mas a superação do sistema capitalista atribuída por Fernandes quando o sujeito é participativo, não se restringe ao crescimento econômico do modelo alternativo de produção. A superação do sistema capitalista se expressa, sobretudo, na politização e autonomia que o cooperativismo proporciona.

Na medida em que todos os membros da cooperativa participam e se inteiram das tarefas, ou seja, discutem e tomam as decisões coletivamente, também desenvolvem aptidões antes desconhecidas. Em outras palavras, o trabalho associativo é uma forma de educação que amplia o conhecimento, a desenvoltura e a autoconfiança dos cooperados porque tem como princípio a igualdade entre todos os seus sócios.

O modo cooperativo de produção corresponde a uma prática social que possibilita ao trabalhador, a apreensão da totalidade do trabalho anteriormente alienado no modelo capitalista de produção.

Referências Bibliográficas

ALTIERI, Miguel. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. CONSTRUINDO UM ESTILO DE PENSAMENTO NA QUESTÃO AGRÁRIA: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Cidades@. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em: 06 mai. 2014.

MARQUES, Marta. Inez. Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista Nera**, Presidente Prudente, Ano 11, n. 12, p. 57-67, jan. /jun. 2008.

PREFEITURA DE JUQUITIBA. Disponível em: <<http://www.juquitiba.sp.gov.br/>>. Acesso em: 10 mai. 2014.

SINGER, Paul. Introdução a Economia Solidaria. 1. ed. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002.